



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002198-51.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **MARISA ZINETTI e outro**
 Embargado: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Cuida-se de Embargos de Terceiro, propostos por **MARIZA ZINETTI e JOSÉ RODRIGO MORETI GUARNIERI**, contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que, em meados de 2011, a Sra. Neuci Moreti Guarnieri, genitora do embargante, propôs que comprassem o imóvel que aqui se discute, que havia sido adquirido por ela, de seu irmão, Paulo Moretti, ora executado, em virtude de acertos familiares, mas a transação foi realizada verbalmente e escritura seria passada em breve, contudo, fizeram proposta de compra e, para evitar maiores custos, o Sr. Paulo Moretti foi quem passou a escritura, sem que tivessem conhecimento de que ele estava sendo executado, sendo terceiros de boa-fé, pois, até o registro em cartório, não havia nenhum registro de penhora, sendo de se aplicar a súmula 375 do C. STJ.

Sustentam que o bem foi adquirido, em 12 de janeiro de 2012, mediante alienação fiduciária da Caixa Econômica Federal, que realizou todas as consultas necessárias ao financiamento, concluindo que estava livre e desembaraçado no ato da transação e nele firmaram residência e constituíram família.

O embargado apresentou contestação, alegando que, não obstante a fraude à execução, decorrente do disposto no artigo 185 do CTN, concordava com a liberação do bem, pois, aparentemente, os embargantes estariam de boa-fé, desde que não lhe fosse imposto nenhum ônus.

Os embargantes concordaram com a liberação do bem, sem ônus ao Estado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido comporta acolhimento.

Houve concordância do requerido, com a liberação do bem e os embargantes anuíram a não imposição de qualquer ônus ao Estado.

Ante o exposto, ACOLHO os embargos para cancelar a declaração de ineficácia da compra feita pelos embargantes, em relação ao imóvel descrito na inicial, averbando-se.

Diante da composição entre as partes, deixo de efetuar condenação nos ônus da sucumbência.

Certifique-se nos autos da execução o aqui decido, bem como, nestes autos, o trânsito em julgado da presente, decorrente da concordância com o pedido e oficie-se ao CRI, para as providências necessárias.

P I

São Carlos, 06 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**